



POLÍTICA

Vacinação. Eurodeputada do PSD defende que UE deve estar atenta a “alternativas produzidas fora da Europa”



Joana Almeida 17 Fevereiro 2021, 10:29

A eurodeputada social-democrata Maria da Graça Carvalho defende que é preciso acelerar o ritmo de produção de vacinas para se atingir mais rapidamente a imunidade de grupo e assegurar que as vacinas contratualizadas com a Europa “ficam na Europa”.



Flickr/PSD

A eurodeputada do PSD Graça Carvalho considera que a União Europeia (UE) deve estar atenta a “alternativas produzidas fora da Europa” no que toca à vacinação contra a Covid-19.

A eurodeputada social-democrata defende que é preciso acelerar o ritmo de produção de vacinas para se atingir mais rapidamente a imunidade de grupo e assegurar que as vacinas contratualizadas com a Europa “ficam na Europa”.

Num [artigo de opinião publicado no jornal “Diário de Notícias”](#), Graça Carvalho afirma que a estratégia de estabelecer contratos antecipadamente com as farmacêuticas foi “um ato de coragem que está a dar frutos”, tendo em conta o “o risco inerente de não se saber se as vacinas por estas desenvolvidas seriam eficazes”, e que a aquisição em bloco tem permitido “uma distribuição equitativa dos lotes entre os Estados membros”.

Com essa “aquisição em bloco”, a eurodeputada do PSD refere que vários países estão protegidos dos “dos açambarcamentos, dos ‘nacionalismos das vacinas’, da lei do mais forte”, mas sublinha: “Nada disto significa que tenhamos de nos dar por satisfeitos com a situação que temos”.

Para Graça Carvalho, é preciso “acelerar o ritmo de produção” e reforçar a aposta na investigação científica para que a UE alcance “o mais rapidamente possível a imunidade de grupo”. “E isso passa, de forma prioritária, pelo mapeamento de todas as instalações, públicas e privadas, que poderão alavancar essa produção, disponibilizando

meios financeiros adicionais para esse fim”, argumenta.

“Devemos assegurar, entretanto, que as vacinas contratualizadas com a Europa ficam na Europa. Não através de embargos às exportações – a não ser como último recurso –, mas através do mecanismo de transparência e autorização, que nos permitirá saber quais os lotes que estão a ser exportados. Ao mesmo tempo, devemos manter-nos atentos a alternativas produzidas fora da Europa”, sugere a social-democrata.

Sem alinhar com uma [solução à húngara \(com a contratação de vacinas à margem dos acordos celebrados pela UE\)](#), Graça Carvalho considera que tudo isso será feito com “muito maior eficácia se continuarmos juntos”. “Mas manter essa solidariedade não dependerá apenas da Comissão Europeia. Precisamos de ter todos os Estados membros a bordo. E Portugal, na presidência do Conselho da União Europeia, tem aqui um papel muito importante a desempenhar”, salienta.

“Houve hesitações iniciais, e seguramente erros cometidos, mas dificilmente se encontrarão melhores exemplos da importância do projeto europeu. A nossa força nesta crise tem residido na nossa União Europeia”, acrescenta.

A UE tem contrato com seis farmacêuticas para entrega de vacinas contra a Covid-19: a BioNTech/Pfizer, a Moderna, a AstraZeneca, a Sanofi-GSK, a Johnson & Johnson/Janssen Pharmaceuticals e a CureVac. À margem dos acordos estabelecidos pela UE, a [Hungria já começou a vacinar, a 12 de fevereiro, com a vacina russa Sputnik V](#), depois de o Governo de Viktor Orbán ter criticado Bruxelas pela sua “lentidão” na distribuição das vacinas.

RECOMENDADAS

Parceria com Governo leva Nokia a criar Centro de Serviços Partilhados e a abrir 300 vagas em Portugal

[José Varela Rodrigues](#) 10:16

Nokia assinou esta quarta-feira um memorando de entendimento com o Governo. Empresa vai investir 90 milhões de euros na criação de um centro de competências em Portugal. Governo garante chamar a Nokia para iniciativas para a transição digital do país nas áreas do 5G e cibersegurança.

Ministro da Defesa prevê cerca de 60 formadores de “forças especiais” no centro e sul de Moçambique

[Jornal Económico com Lusa](#) 08:39

A província moçambicana de Cabo Delgado está sob ataque desde outubro de 2017 por grupos de insurgentes ligados a organizações islâmicas radicais e classificados desde o início de 2020 pelas autoridades moçambicanas e internacionais como uma “ameaça terrorista”.

Ministro da Defesa propõe reforço da autoridade e competências do CEMGFA

[Jornal Económico com Lusa](#) 08:24

“Hoje em dia impõe-se uma reforma no sentido de colocar debaixo da autoridade do CEMGFA as Forças Armadas como um conjunto. É uma reforma importante, de fundo, mas é também algo que corresponde a mais um passo num processo que tem muitos anos e corresponde também a uma modernização que já foi feita na generalidade dos países europeus”, justificou João Gomes Cravinho